



Bolsonaro ainda precisa ser apresentado aos famintos

Na extensa pré-campanha eleitoral, o candidato Jair Bolsonaro conheceu brasileiros bem nutridos, que iam aos aeroportos saudá-lo aos gritos de “mito, mito, mito”. Na campanha, encurtada pelo atentado que sofreu em 6 de setembro, em Juiz de Fora, não chegou a conhecer o Brasil profundo, embora tenha recebido votos em todos os estratos da população. O fato de ver a vida pelas redes sociais explica, em parte, o disparate da declaração feita na sexta-feira, de que “é uma grande mentira” falar que se passa fome no Brasil.

A afirmação, feita em café com correspondentes estrangeiros, não se sustenta nos dados nem na realidade de quem vive na miséria e sonha com três refeições por dia. Passa aos jornalistas de outros países a ideia de que o presidente brasileiro vive em mundo paralelo.

A frase inteira foi:

– Passa-se mal, não se come

bem, aí eu concordo. Agora passar fome, não. Você não vê gente, mesmo pobre, pela ruas com o físico esquelético como se vê em outros países pelo mundo.

Pela declaração, nota-se que Bolsonaro tem uma visão particular do que seja passar fome. Nela, só se enquadrariam as pessoas esqueléticas, como aquelas crianças em pele e osso que comovem o mundo nas fotos da National Geographic. O presidente precisa ser apresentado aos famintos do Brasil, aqueles que, mesmo não sendo esqueléticos, têm deficiência nutricional.

É verdade que programas sociais como o Bolsa Família ajudaram a reduzir o número de pessoas que passam fome, mas o quadro ainda é alarmante, seja pelas estatísticas da ONU, seja pelos dados do IBGE.

A ONU calcula que o Brasil

tem pelo menos 5,2 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Os dados do IBGE são de 2013. Podem estar defasados, mas a olho nu se pode perceber que a situação não mudou para melhor. Ao contrário, de 2013 para cá o desemprego aumentou e, por isso, é legítimo imaginar que a legião de famintos tenha crescido. Em 2013, o IBGE constatou que 3,6% dos brasileiros (7,2 milhões de almas) têm insegurança alimentar grave.

Horas depois, Bolsonaro mudou de tom e disse a jornalistas brasileiros que “uma pequena parte dos brasileiros passa fome”. E se irritou ao ser questionado sobre o recuo:

– Se for para entrar em detalhe, em filigranas, eu vou embora. Não estou vendo nenhum magro aqui. Temos problemas alimentares no Brasil? Temos. Não é culpa minha, vem de trás.

GAÚCHAZH

Leia outras colunas em gauhazh.com/rosanedoliveira

Antes que seja tarde



ROS BONINSEGNA, DIVULGAÇÃO

O secretário de desburocratização do governo federal, Paulo Uebel, e o relator da medida provisória (MP) da Liberdade Econômica na Câmara, Jerônimo Goergen (PP), correm contra o tempo para aprovar o texto antes que ele perca a validade, no dia 27 de agosto. O Congresso retoma as atividades no dia 1º de agosto, após o recesso.

Em almoço com empresários e políticos na Federasul, na sexta-feira, Goergen explicou que, se não houver surpresas, espera

colocar seu relatório em votação na segunda semana de agosto na Câmara e, no Senado, na semana posterior. A ideia é pedir à base aliada que não proponha destaques à MP para que a votação não atrase.

Tanto Uebel quanto Goergen sugeriram aos empresários que se mobilizem em favor do texto, que simplifica as regras para o trabalho de micro e pequenos empreendedores. A MP também facilita a abertura de negócios e desburocratiza processos (leia mais na página 15).

Indicações técnicas para o TCE

Marinheiro de primeira viagem, o deputado Vilmar Lourenço (PSL) decidiu mexer em um vespeiro e protocolou projeto alterando a forma de escolha dos quatro conselheiros do Tribunal de Contas indicados pela Assembleia.

Em substituição aos acordos entre os grandes partidos, a proposta prevê uma seleção pública sempre que abrir uma vaga. Os candidatos que

preencherem os requisitos exigidos e passarem no pentefino da investigação da vida pregressa serão sabatinados na Comissão de Finanças. Os três com melhor desempenho serão submetidos ao plenário, que escolherá o conselheiro.

Em outro projeto, Lourenço prevê que ex-deputados só poderão se candidatar a uma vaga depois de cinco anos fora do mandato.

ALIÁS

O recuo em relação à fome no Brasil não foi o único do dia: depois de o presidente Jair Bolsonaro dizer que o governo pensa em acabar com a multa de 40% sobre o saldo do FGTS nas demissões sem justa causa, o Palácio do Planalto divulgou nota garantindo que não existe qualquer estudo sobre o assunto.

Intervenção

Embora o relator da MP da Liberdade Econômica, Jerônimo Goergen (PP), tenha acolhido emendas do PDT em seu parecer, o partido foi à Justiça pedir a suspensão da vigência e da tramitação da medida provisória no Congresso.

O argumento é de que não haveria urgência para apreciação do assunto. Deputados do PDT aprovaram o relatório em comissão.

Amicus curiae

Depois de ouvir o deputado Jerônimo Goergen e o secretário Paulo Uebel, a Federasul se ofereceu para fazer parte do processo movido pelo PDT no Supremo Tribunal Federal contra a MP da Liberdade Econômica.

Na condição de “amicus curiae”, a entidade vai elaborar, durante o fim de semana, peça a ser anexada ao processo no início da próxima semana em defesa da medida provisória.

« A SEMANA QUE EU VI

PARA DAQUI A ALGUNS DIAS

Depois do vai não vai, o governo federal decidiu adiar o anúncio das regras para saques do FGTS. A demora tem a ver com a pressão de empresários da construção civil preocupados com a falta de verba para o setor. É que o Fundo de Garantia financia parte dessas obras.

UM DELTAN DIFERENTE

Mensagens de Deltan Dallagnol divulgadas pelo jornal Folha de S.Paulo mostram que o procurador da Lava-Jato caiu na tentação do dinheiro fácil das palestras. Para lucrar sem levantar suspeitas internas, Deltan queria colocar empresa em nome da esposa.



NAIANARA ARAUJO, CÂMARA DOS DEPUTADOS, DIVULGAÇÃO

PARA O FILHO, O FILÉ MIGNON

Apesar das críticas, Jair Bolsonaro está decidido a fazer do filho Eduardo (foto) o embaixador do Brasil nos EUA. “Se está sendo tão criticado, é sinal de que é a pessoa adequada.”, disse em um dia. No outro, afirmou: “Pretendo beneficiar filho meu, sim”.

NOVA VOTAÇÃO DO IPTU

Procuradoria da Câmara de Vereadores de Porto Alegre deu aval para que o projeto de aumento do IPTU seja analisado novamente. Isso porque a proposta foi aprovada com “apenas” três votos a mais do mínimo, que são 19. A decisão ficará para depois do recesso.